

Roriz: "malversação".

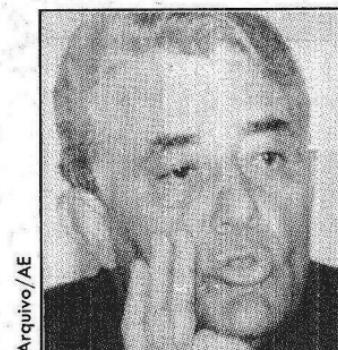
SUBCOMISSÃO DE EMENDAS PEDE MAIORES INVESTIGAÇÕES

O governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz (PP) foi acusado em relatório especial da Subcomissão de Emendas da CPI do Orçamento de usar verbas da União para obras como as do Metrô de Brasília, a ampliação do presídio da Papuda e a construção da Escola Técnica do Distrito Federal, "de maneira descontrolada, provocando desperdício do patrimônio público". O relatório recomenda, ainda, que as investigações sejam aprofundadas. No documento, Roriz é responsabilizado pela "malversação do patrimônio público, mesmo que por omissão, na medida em que foi sob sua supervisão que ocorreram episódios ruinosos ao Tesouro".

Os resultados obtidos pela subcomissão não serão incluídos no relatório final da CPI, por persistir a dúvida jurídica sobre a competência do Congresso para investigar os governadores. Na dúvida, decidiu-se pelo relatório especial e pelo encaminhamento das provas às outras instâncias: o Ministério Público e a Câmara Distrital do DF. O relatório, preparado pelos deputados Sigmaringa Seixas (PSDB-DF) e Sérgio Miranda (PC do B-MG), conclui que os dados levantados até agora exigem "a apuração completa da responsabilidade administrativa, civil, criminal e política do transgressor".

De acordo com o relatório, muitos dos recursos concedidos ao DF tiveram como fonte a apresentação de emendas, em 1991, pelo deputado João Alves (sem partido-BA). "O quadro geral da administração dos recursos federais surpreendido pela subcomissão reflete o pouco cuidado no trato do patrimônio público que, assim, se esvaiu em grande medida, sem que tenha atendido às necessidades da coletividade", afirma o relatório, acrescentando que a falta de critérios rigorosos para a realização de gastos e para o controle posterior constituiu "a causa do superfaturamento de obras realizadas pelo Executivo".

"No caso da ampliação do presídio da Papuda, o desembolso injustificado de dinheiro



Roriz: muitas suspeitas.

Arquivo/AE

público alcançou a marca de 60%", assinala o relatório. "A situação agrava-se no que tange à obra da Escola Técnica: nesse projeto, o superfaturamento médio ultrapassou a barreira dos 100%, de modo que a comunidade poderia ter, com o mesmo dinheiro, não uma única escola, mas duas".

Na questão da ampliação do presídio, as irregularidades verificadas pela subcomissão da CPI chegam ao ponto de existir uma carta de fiança, apresentada pela vencedora da licitação,

Construtora OAS, com vencimento para 30 de fevereiro — "data inexistente". Nessa licitação, uma investigação do TCU concluiu que houve acordo entre os licitantes antes da entrega das propostas, pois provavelmente essas propostas

"foram elaboradas por uma mesma equipe ou da própria Construtora OAS ou por ela contratada".

Tanto nessa licitação quanto na do Metrô e na da Escola Técnica foram identificadas fraudes no processo, com adoção de cláusulas e procedimentos restritivos, fatos que, de acordo com o relatório, ilustram "o mecanismo pelo qual a omissão e o compromisso de autoridades públicas servem ao interesse privado espúrio, dilapidando recursos que deveriam servir aos interesses dos cidadãos".

A subcomissão apurou, ainda, que a deputada Célia Mendes (PPR-AC) conseguiu aprovar uma emenda para a construção do Hospital do Paranoá, em 1993 e a construtora escolhida para realizar a obra foi a MC Carlos, de propriedade da família da deputada.

Ontem mesmo, o governador contestou o relatório. Roriz acusa Seixas e Miranda de apresentarem, no documento, indícios não comprovados como fatos concretos. Em nota oficial divulgada à tarde pela Secretaria de Comunicação, o governador afirma que o texto dos deputados está "eivado de parcialidades, chegando ao extremo de citar denúncias sem se referir às explicações dadas pelo governador e aceitas pela comissão que o inquiriu".